



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

A VERDADE QUE SE BUSCA CONVENCER: RETÓRICA EPISTÊMICA REDIVIVA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

THE TRUTH THAT IS SEEKING TO BE CONVINCED: REDIVIVE EPISTEMIC RHETORIC IN INFORMATION SCIENCE

Márcia Feijão de Figueiredo, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Gustavo Silva Saldanha, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) /
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O enfoque da presente pesquisa, de ordem filosófica, é desenvolver a reflexão sobre a teoria retórica enquanto fonte documental de argumentação, persuasão e prova, junto de diferentes outras margens de teorização e de aplicação em Ciência da Informação. Essa epistemologia pautada na historicidade está interessada em recolher elementos que constituem o discurso fundador da Ciência da Informação. Nesse sentido, o estudo debruça-se sobre as fontes que nos levam à fundamentação tanto de uma teoria retórica da informação como uma teoria da informação formulada da e para a retórica. Desvela-se, nesse território filosófico, o problema da verdade, como desdobramento das mais remotas e das mais imediatas problemáticas do fazer informacional, pano de fundo de toda essa reflexão. Dentre as tantas potencialidades de vinculação deslindadas na relação entre epistemologia da Ciência da Informação e teoria retórica, o recorte conceitual do estudo tem como resultado o debate sobre autoria-autoridade cognitiva, bem como imagem-classificação, fronteiras inequívocas da longa tradição reflexiva do “retor” e da constituição epistêmico-informacional.

Palavras-Chave: retórica; teoria retórica; Epistemologia da Ciência da Informação; filosofia da informação; verdade.

Abstract: The focus of this research, of a philosophical order, is to develop a reflection on rhetorical theory as a documentary source of argumentation, persuasion and proof, along with different margins of theorization and application in Information Science. This historicity-based epistemology is interested in collecting elements that constitute the founding discourse of Information Science. In this sense, the study focuses on the sources that lead us to the foundation of both a rhetorical theory of information and a theory of information formulated from and for rhetoric. In this philosophical territory, the problem of truth is unveiled, as an unfolding of the most remote and immediate problems of informational making, the backdrop for all this reflection. Among the many linking potentials unraveled in the relationship between Information Science epistemology and rhetorical theory, the conceptual cut of the study results in the debate on cognitive authorship-authority, as well as image-classification, unequivocal borders of the long reflexive tradition of the “retor” and the epistemic-informational constitution.

Keywords: rhetoric; rhetorical theory; Information Science Epistemology; Philosophy of Information; truth.

1 INTRODUÇÃO

[...] a retórica é anterior à sua história, e mesmo a qualquer história, pois é inconcebível que os homens não tenham utilizado a linguagem para persuadir. (REBOUL, 2004, p. 1).

A busca pela compreensão da retórica nesse trabalho, a partir das reflexões filosóficas de Rafael Capurro apresentadas em 1991, em Tampere, na Finlândia (Capurro, 1992), sobre a linguagem, pode estender-se para a história (propõe-se orientada para fontes históricas e fontes autorais pré-determinadas) e pelos principais autores, a fim de ampliar o entendimento dos principais pressupostos e aplicações em outras áreas do conhecimento. A tese de Saldanha (2012) pode trazer indicações para os estudos da retórica pelo viés histórico na CI, visto que se dedicou a apresentar os traços reconhecidos que fundamentam os estudos de uma “Retórica Bibliológica”.

O enfoque da presente pesquisa é desenvolver um estudo que possa fundamentar futuros trabalhos não apenas com vistas de uso prático, mas de reflexão sobre a teoria retórica enquanto fonte documental de argumentação, persuasão e prova, junto de diferentes outras margens de teorização e de aplicação em Ciência da Informação.

Nota-se, nos estudos da CI, que as poucas fontes de ordem teórica para os estudos sobre a teoria retórica e suas diferentes configurações de fundamentação para refletir a essência desse objeto, enquanto foca quase que unicamente em explicar superficialmente o conceito para aplicar em um domínio de conhecimento teórico e conceitual, baseada em uma epistemologia histórica.

Essa epistemologia pautada na historicidade está interessada em recolher elementos que constituem o discurso da Ciência da Informação. Nesse sentido, o estudo debruça-se sobre as fontes que nos levam à fundamentação tanto de uma teoria retórica da informação como uma teoria da informação formulada da e para a retórica. Desvela-se, nesse território filosófico, o problema da verdade, como desdobramento das mais remotas e das mais imediatas problemáticas do fazer informacional, pano de fundo de toda essa reflexão.

2 RETÓRICA: ACHEGAS A UMA TEORIA MILENAR

“Uma ciência, ou, em todo caso, uma protociência, isto é: a. um campo de observação autônomo delimitando certos fenômenos homogêneos [...]” (BARTHES, 2001, p. 5-6).

A condição epistemológica da Retórica apresenta um dilema para o pensamento, independentemente de seu tempo e dos usos aparentes de suas abordagens. Da crítica filosófica socrática à crítica sociológica do materialismo histórico, a “obra do retor”, ou o conteúdo de sua reflexão e prática, é alvo de ataques na história do pensamento.

Em geral, essa posição está dada na imediata figuração da retórica como arte da persuasão. Essa posição de uma teoria retórica é fundada em uma historicidade clara, objetiva. De fato, a Retórica tem como um dos (e aqui é-nos necessário já apontar a demarcação parcial, ou seja, “um” e não “o”) pressupostos, a(s) técnica(s) de convencimento. Os problemas e, objetivamente, os entraves da teoria retórica para o desenvolvimento da filosofia – pode-se aqui afirmar, para a busca da verdade – estarão espalhados pela vasta obra platônica. Entre Crátilo, Protágoras, Fedão, Fedro, junto da República, o questionamento da “natureza” da Retórica é um dos elementos fundadores da própria obra de Platão. (1963, 2000, 2002, 2005)

No entanto, pode-se apontar em Aristóteles (2015, 1961, 1966), ou seja, ainda no bojo da Antiguidade, uma outra forma de compreender o papel da Retórica (ontem e hoje). O principal questionamento estará em perceber que a arte do retor não é uma “não-lógica”, e, muito menos, participa do território do “i-lógico”. A teoria retórica é, desde ali, uma parte da teoria da argumentação, ao lado da lógica e da gramática, ou, dito de outro modo, uma das artes liberais da linguagem, central para a política, para toda a vida pública.

Esse posicionamento do Estagirita já nos desloca para outra perspectiva que encontrará o ponto de vista de Capurro (1992) para a compreensão da epistemologia informacional, ou, de modo direto, que responde pela afirmação capurriana da Ciência da Informação como sub-disciplina da retórica. Mais ainda, uma visão epistêmico-histórico-crítica da Retórica nos conduz até alguns dos mais caros debates do “contemporâneo frontal” do hoje, como a desinformação e a produção em rede de notícias falsas.

A Retórica, da Antiguidade às eleições do modelo trumpista, é uma teoria geral da argumentação na esfera pública, central para a educação (a construção da epistemologia pedagógica), para o direito (a construção das possibilidades de defesa do cidadão e da

cidadania) e para a política em todos os seus sentidos (da participação na vida pública à formação da representação social do governante). Esses três elementos demonstram que, para muito além da persuasão (e sem abandonar o pressuposto do convencimento), a teoria retórica sustenta parte fundamental do desenvolvimento do debate informacional. Se, com Platão, sua “natureza” pode ser interpretada como inclinada ao “mal”, resta clara na obra aristotélica como, na verdade, o “mal” não estaria na Retórica mas nos usos da mesma contra o seu princípio (integrado à lógica e à gramática), ou seja, um modo de nos levar a “crer” na verdade.

Além do elemento da persuasão “reconfigura” à luz de uma abordagem que demonstra, em grande medida, a ausência de um “fora da retórica”, ou, ainda, o “estado simbólico” de desenvolvimento social de nossas práticas, entre educação, direito e política, outro território de desenvolvimento do pensamento retórico relevante ontem e hoje, que é a “imagem”. Subjaz da teoria retórica uma vasta reflexão imagética, a saber, uma propriamente dita teoria da imagem. Complexa, essa teoria vai das imagens mentais – objetivada por toda a anatomia das “figuras de linguagem”, da metaforicidade da construção dos discursos, ou, simplesmente, das imagens produzidas na mente – às visualizações de dados, à representação esquemática da realidade sensível.

Mais uma vez, dos dilemas da verdade estruturada na teoria do ser de fundo parmenídica do Mundo Antigo à década de 2010, a Retórica ocupa lugar elementar no debate público: como pensar a verdade científica e negacionismo (propagado por notícias falsas), sem debater a esquematização do mundo empírico já milenarmente investigado pelas anatomias do discurso de origem retórica? Tais elementos, explorados em profundidade na filosofia de Bárbara Cassin (2005), no recolocam na arena do fenômeno informacional de nossa contemporaneidade.

Chega-se, nesse momento, ao território do objeto de estudo deste trabalho, que conjuga a retomada da reflexão retórica para o debate e os questionamentos de constituição e de direcionamento epistemológico da Ciência da Informação.

2.1 A retórica e seus sistemas

O conceito de retórica para o desenvolvimento desse trabalho é essencial, visto que há uma produção imagética que contribui com o propósito de convencimento do público-alvo, mediante sua ação no sentido de validar determinado argumento. Contudo, é necessária uma

retrospectiva histórica, com alguns recortes definidos, para compreender como a “Antiga Retórica” que, voltada para o discurso, ganhou outras abordagens e vieses e tornou-se aporte para estudos voltados para objetos imagéticos e aplicações científicas.

[...] a retórica é anterior à sua história, e mesmo a qualquer história, pois é inconcebível que os homens não tenham utilizado a linguagem para persuadir. Pode-se, aliás, encontrar retórica entre hindus, chineses, egípcios, sem falar dos hebreus. Apesar disso, em certo sentido, pode-se dizer que a retórica é uma invenção grega, tanto quanto a geometria, a tragédia, a filosofia. Em certo sentido e mesmo em dois sentidos. Para começar, os gregos inventaram a ‘técnica retórica’, como ensinamento distinto [...] (REBOUL, 2004, p. 1).

Roland Barthes apresenta “um panorama cronológico e sistemático dessa Retórica antiga e clássica” (2001, p. 3). Além da exposição do início do uso da retórica como metalinguagem (no Ocidente a partir do Séc. V a.C), Barthes observa que o tema comportava várias práticas: uma técnica de persuasão; um ensinamento (instituído posteriormente como ciclos de ensino secundário e superior); uma moral, com intenção de prescrever as regras e vigiar desvios de conduta; práticas sociais “que permite às classes dirigentes garantir para si a propriedade da palavra” (p. 6); uma prática lúdica cujo uso era voltado para jogos e paródias; e, o objeto dessa tese, a ciência.

Uma ciência, ou, em todo caso, uma protociência, isto é: a. um campo de observação autônomo delimitando certos fenômenos homogêneos, a saber, os ‘efeitos’ de linguagem; b. uma classificação desses fenômenos (cuja marca mais conhecida é a lista das ‘figuras’ de retórica); c. uma ‘operação’ no sentido hjelmsleviano, isto é, uma metalinguagem, conjunto de tratados de retórica, cuja matéria – ou significado – é uma linguagem-objeto (a linguagem argumentativa e a linguagem ‘figurada’) (BARTHES, 2001, p. 5-6).

As práticas demonstram como a retórica é ampla e comporta diferentes ensejos e usos, não apenas voltados para as condutas acadêmicas. No caso da ciência, o fato da retórica ser um sistema aplicado há milênios e imutável nos seus objetivos, “elude o próprio quadro da ciência e da reflexão histórica, a ponto de colocar em questão a própria história” (BARTHES, 2001, p. 7). Em outros termos, a retórica antecede a noção filosófica de *episteme*, estruturada na metafísica, bem como a significação empírica de “ciência” advinda do Iluminismo, nos questionando, inclusive, a própria condição histórica (dentro da linguagem, do discurso) de nossa reflexão.

Barthes observa que ignorar a retórica no ambiente científico significa desprezar esse quadro maior do que os próprios fatos políticos e históricos, bem como negligenciar o traço

comum que ela proporciona aos “conjuntos históricos sucessivos e diversos, como se existisse, superior às ideologias de conteúdos e as determinações diretas da história, uma ideologia da forma [...], para cada sociedade uma identidade taxinômica” (BARTHES, 2001, p. 8). Quando observamos a realidade contemporânea e a disseminação de notícias falsas (justamente contra a ciência) no âmbito do negacionismo, parece-nos que a crítica profética barthesiana se coloca de modo ainda mais singular.

Se o nascimento da Retórica (aqui, no sentido de um metadiscurso, ou seja, a construção de reflexões sobre o próprio discurso e sua “natureza” na Grécia Antiga) veio da necessidade de garantia de propriedade em Atenas, transformando-se em objeto de ensino, Barthes observa que o plano do discurso oratório apresenta uma organização principal, e para além de seu primeiro objetivo tornou-se norteador em outros ambientes, utilizada no meio acadêmico até a data do ensaio. Diante do exposto pelo autor, considera-se pertinente no presente século a manutenção desse arcabouço: “1. Exórdio; 2. Narração ou ação (relação dos fatos); 3. Argumentação ou prova; 4. Digressão; 5. Epílogo. [...] esse plano conservou a sua organização principal: uma introdução, um corpo demonstrativo, uma conclusão” (BARTHES, 2001, p. 10). Seja no discurso científico contemporâneo, no plano verbal, seja em uma teoria estética fundada na retórica, esses elementos podem ser observados como parte rigorosa de um método tecido há, pelo menos, dois milênios.

Os estudos sobre retórica, principalmente que tratam de sua trajetória histórica, têm em Aristóteles uma sistemática inicial. “Em sua Arte Retórica, o filósofo demonstra, de forma categórica, conceitos e passos da arte de convencer pelo discurso cuja finalidade é trazer provas” (FIORINDO, 2012). Manuel Alexandre Júnior afirma que a grande inovação de Aristóteles “foi o lugar dado ao argumento lógico como elemento central na arte de persuasão. A sua Retórica é, sobretudo, uma retórica da prova, do raciocínio, do silogismo retórico” (2015, p. 19).

Entendamos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras é apenas instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência; [...]. Mas a retórica parece ter, por assim dizer, **a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada**. E por isso afirmamos que, como arte, as suas regras não se aplicam a nenhum gênero específico de coisas (ARISTÓTELES, 2015, p. 62, grifo nosso).

As provas de persuasão são um dos princípios aristotélicos e caracterizam que o esquema retórico pode existir antes da questão ou ser produzidas para a abordagem. As “provas inartísticas” existem antes do argumento, são “testemunhas, confissões sob tortura, documentos escritos e outras semelhantes. E provas artísticas, todas as que se podem preparar pelo método e por nós próprios” (ARISTÓTELES, 2015, p, 62). O Estagirita demonstra, desta maneira, os diferentes domínios de desenvolvimento e de aplicação da teoria argumentativa da retórica.

No âmbito do discurso, ocorre “a identificação dos três meios de prova, modos de apelo ou formas de persuasão: a lógica do assunto, o caráter do orador e a emoção dos ouvintes” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2015, p. 20). Nessa etapa é possível observar conceitos aplicados em estudos, como análise do discurso, o *ethos*, o *pathos* e o *logos*:

Aristóteles considera que o discurso engendra três provas – *ethos*, *logos* e *pathos* – que são, na realidade, qualidades que o orador deve demonstrar ao proferir um discurso. Essas provas seriam, basicamente, de três espécies: as que residem no caráter moral do orador, outras, baseadas na disposição do ouvinte e, por último, mas não menos importante, as que se baseiam no próprio discurso. Dessa forma, para Aristóteles, a persuasão está garantida quando: persuade-se pelo caráter (*ethos*), persuade-se pela disposição dos ouvintes quando estes sentem emoção (*pathos*) e, enfim, persuadimos pelo discurso em si (*logos*). (RODRIGUES, 2008, p. 196).

Aristóteles (2015, p. 63) observa que a confiança do *ethos* vem exclusivamente do discurso proferido pelo orador e não de uma opinião prévia sobre sua índole – ou seja, ética (seja como moral, como comportamento) e linguagem não se identificam (não são espelho), porém se aproximam, verossimilhantes que são, e não se separam como polos distintos de compreensão da verdade. Esse entendimento é pretensamente contrário ao conceito de autoridade cognitiva, onde há o reconhecimento epistêmico da pessoa justamente pela anterioridade do discurso, e por esse motivo atribuísse valor a sua fala. No entanto, o próprio construto social da autoridade cognitiva passará por uma cadeia – podemos aqui dizer, um “regime” – de discursividade (de efeitos retóricos), como títulos, elogios, epítetos, que conceberá a identidade de tal autoridade.

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador; pois não se

deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala [...] (ARISTÓTELES, 2015, p.63).

Fiorin (2016, p. 70) traz um exemplo muito interessante sobre a busca pelo *ethos* de um orador, onde elogiar a si mesmo e suas virtudes não atende a construção desse *ethos*. “O caráter de pessoa competente constrói-se na maneira como organiza as aulas, como discorre sobre os temas, etc. À medida que ele vai falando da matéria, vai dizendo sou competente”. Fiorin observa, nesse sentido, que “para determinar o *ethos* de um enunciador, é preciso estabelecer uma totalidade da produção de um sujeito enunciativo” (2016, p. 71).

Aristóteles remete à persuasão a emoção que o ouvinte tem por meio do discurso, o que chama de *pathos*. Por fim, *logos* é a persuasão pelo próprio discurso, “quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular” (2015, p. 63). A etapa de produção do discurso para o auditório é descrita como algo que requer cuidado, pois o predispõe e torna-se uma vantagem para alcançar o objetivo.

Uma vez que a retórica tem por objetivo formar um juízo (porque também se julgam as deliberações e a ação judicial é um juízo), é necessário procurar não só que o discurso seja demonstrativo e digno de crédito, mas também que o orador mostre possuir certas disposições e prepare favoravelmente o juiz (ARISTÓTELES, 2015, p. 115).

Se em Aristóteles desenvolve-se a retórica enquanto sistema lógico que possibilita uma “análise do discurso”, nos estudos da retórica no Século XX pode-se afirmar que Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca são pesquisadores dedicados ao tema, a partir do conceito de “nova retórica”. No trabalho desenvolvido na tese, a princípio Perelman e Olbrechts-Tyteca são autores utilizados para o desenvolvimento da parte de retórica, visto que a teoria fundamenta estudos da retórica com fins acadêmicos e proporciona aporte para estudos com imagens.

Contemporaneamente, Chaim Perelman procurou revalorizar a retórica, buscando construir uma teoria que sistematizasse os traços fundamentais do uso retórico da linguagem, mostrando que mesmo **o discurso científico não estava isento de elementos retóricos e de recursos persuasivos** (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p. 240, grifo nosso).

Perelman é compreendido por Saldanha (2012, p. 299-300) como um autor pragmático que busca apresentar o caráter argumentativo da retórica à Modernidade que a havia esquecido. Na Introdução do “Tratado da Argumentação”, os autores Perelman e Olbrechts-

Tyteca utilizam a terminologia de Aristóteles em “Tópicos” para enfatizar que o uso das teorias antigas da retórica como meta para a direção dos discursos é essencial, porque “é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve” (2005, p. 6, grifo dos autores).

O pioneirismo de Perelman, na reabilitação da retórica, é unanimemente reconhecido. Antes dele, a noção aristotélica, e as extraordinárias possibilidades que propicia, não despertaram o interesse de sucessivas gerações de filósofos. É certo, também, por outro lado, que o pensador belga não se limitou a transpor acriticamente o conceito de dialética da Antiguidade aos nossos dias. Pelo contrário, suas reflexões sobre o discurso argumentativo e a introdução dos conceitos de auditório interno e universal ampliaram, de modo significativo, o conhecimento acerca desse processo de comunicação (COELHO, 2005, p. xiv).

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, o auditório a quem se prepara um discurso cabe no propósito de produção de imagens com a finalidade de se tornar uma informação relevante e válida para o usuário final. Esse *alter* a quem foi preparado o discurso busca elementos de verdade e de validade para suas finalidades, principalmente quando há esforços científicos. Para além da imagem e da produção, os recursos descritos textualmente através de voz ou de legendas, por exemplo, são representados por signos de uso comum entre o argumentador e o seu auditório, demonstrando toda a estrutura metodológica de um dos arranjos retóricos no plano de uma teoria da imagem.

O que conservamos da retórica tradicional é a ideia mesma de auditório, que é imediatamente evocada assim que se pensa num discurso. **Todo discurso se dirige a um auditório**, sendo muito frequente esquecer que se dá o mesmo com todo escrito. Enquanto o discurso é concebido em função direta do auditório, a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 7, grifo nosso)

Cabe também ressaltar a noção de acordo apontado por Perelman e Olbrechts-Tyteca como relevante para o desenvolvimento do orador. O fato de receber as condições para o aceite antes mesmo da produção discursivo-argumentativo de certo modo se assemelha as condições ancoradas nas áreas de conhecimento científico.

Um importante capítulo da retórica, baseado inteiramente na **noção de acordo**, combinada com a de auditórios particulares, será o das provas aceitas explicitamente pelo adversário antes que se encete a discussão. Pelo próprio fato de as exigir, o interlocutor assinala seu acordo quanto ao caráter probatório delas e confere-lhes um valor eminente. O orador pode prevalecer-se disso. É o que faz o industrial americano experiente, que, antes de entabular uma discussão importante, faz os adversários porem suas

objeções na lousa. Reclamar determinados argumentos equivale a dar as condições de sua adesão. Estamos aqui numa área característica da argumentação retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1997, p. 72, grifo nosso).

De acordo com Ferrater Mora (1994, p. 2244), “Perelman não rejeita o que foi chamado de ‘raciocínio *more geometrico*’; indica somente que esse raciocínio é um entre outros possíveis modelos de argumentação”. Meyer (2005, p. xx-xxi) observa que, entre o cartesianismo e a ontologia, a argumentação é uma terceira via conduzida por Perelman, “que raciocina sem coagir, mas também não obriga a renunciar à Razão em proveito do irracional ou do indizível”.

[...] a outra escola à qual a expressão “nova retórica” costuma ser empregada, inaugurada por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, [...] recoloca o foco na herança original da retórica enquanto teoria da argumentação e da persuasão. De fato, como Perelman (1977) defende, se o propósito da retórica é produzir adesão aos argumentos propostos, então o escopo da retórica vai muito além do que o termo “persuasão” normalmente sugere (SONESSON, 2015, p. 23).

Assim, nessa interpretação, a retórica contemporânea se afasta da velha retórica restrita, “confinada ao domínio das atividades cívicas fundamentais, e universaliza-se a ponto de incluir nos seus domínios todos os aspectos do modelo argumentativo do discurso, incluindo a lógica, a dialética e a própria metodologia científica” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2008, p. 3).

A “invenção” é uma das fases da retórica que compõe o discurso e trata da busca pelos argumentos necessários para persuadir através do discurso, e inclui o tipo e o gênero discursivo. Sobre os três tipos de argumento, os instrumentos de persuasão de ordem afetiva, *ethos* e *pathos*, são exaltados posteriormente na análise do uso de imagens para convencimento do público e o *logos* é apresentado por Reboul como de ordem racional. “Ou seja, para Aristóteles, a persuasão é um produto da articulação entre esses três elementos, embora a importância que cada um deles assume possa variar de acordo com a situação” (CASADEI, 2009, p. 28).

O **etos** é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtém sem essa confiança. [...] O **patos** é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que orador deve suscitar no auditório com seu discurso. [...] Se o **etos** diz respeito ao orador e o **patos** ao auditório, o **logos** (Aristóteles não emprega esse termo, que utilizamos para simplificar) diz respeito à

argumentação propriamente dita do discurso (cf. 1356 a). É o aspecto dialético da retórica, que Aristóteles retoma inteiramente em Tópicos (REBOUL, 2004, p. 48-49, grifo nosso).

Dentro do contexto metodológico, o uso da retórica é um meio de análise crítica da persuasão, buscando no discurso o primeiro ponto a “ser levado em consideração ao se embarcar em uma análise retórica, seja ao escolher um discurso oral, uma imagem ou um documento escrito” (LEACH, 2015, p. 296). Em linhas gerais, Leach faz uma análise do uso da retórica, mas que não se atém nesse momento a um determinado público.

Afirma-se frequentemente que a análise retórica pressupõe **que a retórica é produzida por um orador (retor) competente, consciente, que organiza seu discurso de acordo com conjuntos de regras formalizadas**. Esta retórica é dirigida para um público específico, que é persuadido pelos argumentos apresentados e oferece algum sinal nessa direção (classicamente, uma mudança de comportamento, ou opinião). Retórica, nessa visão até certo ponto empobrecida, recupera, então as **intenções do locutor**, ou autor, desvela os sistemas de regras que organizam o discurso, e avalia a eficácia da persuasão pretendida, através do efeito sobre o público (LEACH, 2015, p. 296-297, grifo nosso).

Como uma das partes constituintes da retórica, o *ethos* “se fundamenta no estabelecimento da credibilidade do autor, ou locutor. Embora quem seja o autor não torne um argumento mais ou menos válido, formas sutis de persuasão jogam com relações de poder, presentes nos textos” (LEACH, 2015, p.302). Ou seja, a teoria retórica pressupõe e dissecas as condições da autoria e do auditório, do *ego* e do *alter*, como parte de um mundo, hoje diríamos, informacional, seus modos de fazer o bem, seus modos de destruí-lo.

É na reflexão sobre essas condições que a epistemologia da Ciência da Informação, em nossa pesquisa, se apresenta, desde posicionamentos como o de Capurro (1992) sobre a Retórica, porém, centralmente, na compreensão de suas mais diferentes frentes de aplicação, no território vasto da noção de “imagem” oriunda da teoria retórica.

2.2 A retórica na Ciência da Informação: um caminho pela via das “autoridades” e da “classificação”

As margens de identificação e análise da presença da teoria retórica na Ciência da Informação são múltiplas. Podemos elencar brevemente, por exemplo, a classificação, as políticas de informação, a visualização de dados, o problema da verdade na filosofia da informação, dentre tantas outras. Pela via da reflexão anteriormente apontada, o caminho de

uma teoria da imagem dentro do discurso das autorias (o lugar do autor no mundo social) interessa-nos objetivamente como uma destas tantas margens. A autoria, por sua vez, pode nos levar a uma analítica retórica que está na presença da representação descritiva à comunicação científica, da normalização à biobibliografia, ramos vastos da Ciência da Informação. Igualmente, a autoria nos leva a uma economia política da comunicação científica, vinculada à questão da autoridade, como já mencionado.

Podemos compreender que a longa tradição do discurso sobre o autor na teoria retórica encontra igualmente uma “nova retórica” na reflexão informacional, como pode ser visto nas obras de Leach, Wilson e Barthes. A compreensão de Leach (2015) sobre autoria difere de Patrick Wilson (1983), que trata do conceito de “autoridade cognitiva” como o reconhecimento de alguém em um determinado assunto, antes da apresentação de um discurso com vistas ao convencimento. Segundo Wilson há algumas considerações sobre o uso do termo “Autoridade Cognitiva”:

1. Autoridade requer um relacionamento que envolve pelo menos duas pessoas; a autoridade de alguém é reconhecida por aquele indivíduo, o constitui num especialista, embora outra pessoa possa não reconhecê-lo como tal; é logo uma atribuição social de competência;
2. Autoridade cognitiva é uma questão de formação (degree), podendo-se ter muita ou pouca;
3. Autoridade cognitiva é relativo a esfera de interesse e experiência de um indivíduo, em algumas questões pode-se falar como autoridade, enquanto que em outras situações pode não ter autoridade nenhuma;
4. Autoridade cognitiva implica o exercício de um tipo de influência, que não está relacionada a autoridade administrativa;
5. Autoridades cognitivas são aquelas consideradas fontes credíveis de informação. (WILSON, 1983, p. 13-15 apud FIGUEIREDO, 2011, p. 62).

Ainda ao tratar da análise retórica no contexto mais amplo, Leach busca evidenciar suas forças e fraquezas. O autor destaca como fator positivo o cuidado na elaboração de documentos, pois “está planejada para produzir seu efeito máximo em discursos completos, convencionais e com objetivos sociais” (2015, p. 307). Quando o autor se atém a pensar a análise da retórica das ciências observa que os “discursos acadêmicos são, eles próprios, altamente profissionais e fazem uso de estruturas de argumentação clássica, apelos à emoção e apelos à credibilidade” (LEACH, 2015, p. 307).

Como Roland Barthes (2015), Leach compreende que o uso da retórica como meio de análise na pesquisa qualitativa considera o conhecimento do público central na qual o discurso é endereçado. Do mesmo modo, as normas e regras da comunidade na qual um discurso é

direcionado faz parte da avaliação do público acadêmico, há o que o autor chama de “simpatia por conclusões normativas” (2015, p. 309).

A descrição e a análise são normalmente consideradas “boas”, quando elas evitam sugestões normativas. A ausência de sugestões normativas normalmente sugere um trabalho objetivo e sem viés. Mas os teóricos retóricos arriscam afirmar que a descrição é realmente uma prescrição, sob um disfarce retórico (BARTHES, 2015, p. 309).

Como aporte dos estudos do campo da CI, optou-se por buscar em Saldanha (2011;2012;2014) elementos introdutórios e conceituais para compreender o estado da epistemologia dentro desse campo e, em seguida, os pressupostos da retórica como um campo maior de conhecimento, baseado no entendimento de Capurro que a CI é uma subdisciplina da retórica (1992), “como espaço epistemológico onde a Ciência da Informação se desenvolveria na contemporaneidade” (2011, p. 48).

No caso da pesquisa brasileira, por exemplo, destaca-se a presença de um grupo de trabalho diretamente voltado para a epistemologia, a partir do ano 2000, no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Outro exemplo objetivo destas visitas freqüentes à epistemologia do campo está no número de trabalhos que imaginam o espectro das relações interdisciplinares da Ciência da Informação, como também nas pesquisas que procuram interpretar os eventos que dão origem à mesma e reposicionam o conceito que nomeia o campo (SALDANHA, 2011, p. 48).

No campo da epistemologia Saldanha observa que, em etapa anterior à criação do Grupo de Trabalho sobre o tema no ENANCIB, alguns autores denominaram as correntes e enfoques da CI iniciadas na década de 90 e que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento da área, voltados para as ciências humanas e sociais.

Partindo de um referencial panorâmico, o contexto de ascensão do pragmatismo - e, a partir dele, dos elementos identitários do enfoque humanista -, será reconhecido por Capurro como paradigma hermenêutico-retórico (1991) e paradigma social (2003), por Rendón Rojas (1996) como enfoque pragmático, por Araújo (2003) como abordagens micro-sociológicas, por González de Gómez (1996) como abordagem comunicacional. No âmbito destas investigações, observamos a construção em rápido desenvolvimento de um **pensamento humanista dentro da Ciência da Informação, como pode ser observado no trabalho de Capurro (1992), a partir da recuperação dos pressupostos da Retórica e da Filologia**, explícitos em determinados discursos, e imersos em abordagens, metodologias e práticas informacionais (SALDANHA, 2011, p. 51, grifo nosso).

Ainda que apenas no final do Século XX a CI retomaria uma potencial reflexão sobre a retórica, Saldanha (2012, p. 313) observa que a Organização do Conhecimento (OC) já tinha orientações no livro “As cinco leis da biblioteconomia”, de Ranganathan, publicado originalmente em 1931. Há a preocupação do teórico indiano em fazer publicidade dos serviços oferecidos na Biblioteconomia, incutidos na “terceira lei”: todo livro tem seu leitor, como um dos inúmeros exemplos de aplicação que poderiam ser manifestados no campo informacional, tendo em vista a historicidade da teoria retórica.

Para além da publicidade da biblioteca e o seu leitor, na análise da “Organização do Conhecimento”, Saldanha (2012, p. 314) identifica uma série de noções advindas das intervenções da retórica, e a seu ver demonstra a vinculação epistemológica dos temas: “educação; eloquência, vida pública, discurso, estética discursiva, leitura, leitor, repetição, persuasão, jogo de palavras, prazer, sedução, verossimilhança, escritura, memória”. O autor apresenta ainda um quadro conceitual onde vincula os aspectos da retórica às filosofias contidas na “Organização dos Saberes”, como visto no exercício de esquematização apresentado no quadro abaixo.

Quadro 1 - A Retórica na Organização dos Saberes

Algumas filosofias da Organização dos Saberes			Aspectos retóricos enfatizados
Abordagens	Teóricos	Noções estruturais	
Filosofias do “neodocumento”	Michael Buckland	“Coisa”	Mimese - Educação - Conhecimento - História - Contextualidade - Política
	Bernd Frohmann	“Materialidade”	Educação - Conhecimento - Discurso Contextualidade - Política
Filosofias da informação	Mecanicismo científico-informacional (Claude Shannon, Warren Weaver, Norbert Wiener e Vannevar Bush)	“Mecanização da informação”	Comunicação - Educação - Redundância Memória
	Nicolas Belkin	“Estrutura”	Comunicação - Discurso - Audiência
	Rafael Capurro	“Mensagem”	Comunicação - Discurso - Audiência - Culturalismo - Ética do discurso - Política - Hermêutica
	Luciano Floridi	“Informação”	Comunicação - Educação - Redundância Memória - Ética do discurso
	Paul Otlet	“Documento”	Educação - Conhecimento - História - Política
Filosofias do documento	Suzanne Briet	“Documento”	Educação - Conhecimento - História - Política
	Miguel Angel Rendón Rojas	“Ser”	Educação - Conhecimento - Filosofia Ética do discurso - Política
Filosofias da biblioteca	Jesse Shera	“Epistemologia social”	Comunicação - Educação - Política
	Shyali R. Ranganathan	“Dīgviśāya”	Comunicação - Discurso - Audiência Culturalismo - Persuasão - Ética do discurso
	Robert Estivals	“Escritura”	Comunicação - Discurso - Audiência Culturalismo - Persuasão - Ética do discurso
Filosofias do livro	Paul Otlet	“Livro”	Comunicação - Discurso - Audiência - Culturalismo - Persuasão - Ética do discurso

Fonte: Saldanha (2012, p. 315).

O trabalho de Saldanha (2012) contribui como elo articulador dos estudos de retórica com a CI, justificando o uso dos elementos retóricos nos estudos da epistemologia da informação. Ao observar o conceito de “identidade taxinômica” aplicado por Barthes (2001, p.

8) e entender que é, de certa forma, uma organização do conhecimento retórico e articulável com a organização de saberes, acredita-se que seja necessário apresentar esses termos que a classificam.

Todos os tratados da Antiguidade, principalmente pós-aristotélicos, mostram uma **obsessão pela classificação** (o próprio termo *partitio* oratória o atesta): A retórica se apresenta abertamente como uma classificação (de materiais, de regras, de partes, de gêneros, de estilos). **A própria classificação constitui o objeto de um discurso**: anuncia o plano do tratado, discussão cerrada da classificação proposta pelos predecessores (BARTHES, 2001, p. 45, grifo nosso).

Diante de tantas possibilidades de classificações, compreende-se que a mais adequada para o desenvolvimento da tese é a aristotélica, intitulada por Barthes (2001, p. 46) como “*technè* (instituição especulativa de um poder de produzir o que pode ser ou não ser); A *technè* (*rhetorikè*) gera quatro tipos de operações, que são as partes da arte retórica”.

a. Pisteis, estabelecimento das “provas” (*inventio*); b. Taxis, distribuição dessas provas ao longo do discurso, segundo determinada ordem (*dispositio*); c. Lexis, formalização verbal (no nível da frase) dos argumentos (*elocutio*); d. Hypocrisis, a encenação do discurso total por um orador que deve fazer-se ator (*actio*). Essas quatro operações são examinadas três vezes (pelo menos no que diz respeito à *inventio*); do ponto de vista do emissor da mensagem, do ponto de vista do destinatário, do ponto de vista da própria mensagem. De conformidade com a noção de *technè* (é um poder), o ponto de partida aristotélico põe em primeiro plano a estruturação do discurso (operação ativa) e relega ao segundo plano a estrutura (o discurso como produto). (BARTHES, 2001, p. 46).

Para Reboul (2004, p. 44) as quatro partes da retórica são as fases que compõe um discurso e não é necessariamente uma ordem direta e cronológica de elaboração, mas quando o orador deixar de cumprir uma delas “seu discurso será vazio, ou desordenado, ou mal escrito, ou inaudível”. O autor exemplifica essa prática em algumas áreas de atuação:

Portanto, um advogado que prepare uma defesa, um estudante que prepare uma exposição, um publicitário que prepare uma campanha, todos deverão, se não passarem sucessivamente por essas quatro fases, cumprir pelo menos as tarefas que cada uma delas representa: compreender o assunto e reunir todos os argumentos que possam servir (invenção); pô-los em ordem (disposição); redigir o discurso o melhor possível (elocução); finalmente, exercitar-se proferindo-o (ação). (REBOUL, 2004, p. 44)

Barthes (2001, p. 49) observa que a distribuição dessas partes da *technè rhetorikè* pode se desenvolver de diversas maneiras: “uma rede, uma árvore, ou antes um grande cipó que

desce de patamar em patamar, ora dividindo um elemento genérico, ora juntando partes esparsas”. O autor também afirma que o início se constitui de “matérias brutas de raciocínio, fatos, um tema”, enquanto que o fim é “um discurso completo, estruturado, totalmente armado para a persuasão” (2001, p. 49). Em outros termos, pode-se verificar classificação e as formas de visualização de dados científicos integram parte central da teoria retórica, mais uma vez reafirmando a condição retórica (como *episteme*) da Ciência da Informação.

O percurso observado até aqui demonstrou por duas vias mais alçadas à superfície – a autoria e a classificação – o *locus* informacional dentro do tecido teórico da Retórica. A discussão redimensiona também as potenciais interpretações a-críticas da teoria retórica na Ciência da Informação: o campo não é “retórico”, por ser “persuasivo”, mas justamente por constituir-se, como outras disciplinas, como uma “crítica da linguagem”, atuando na e para a própria, ou seja, para a linguagem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Arte de utilizar a linguagem em um discurso persuasivo, por meio do qual visa-se convencer uma audiência da **verdade de algo**.” (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p. 240, grifo nosso).

Como uma reflexão epistemológica, essa pesquisa voltou-se para a discussão, no encalço de Rafael Capurro (1992), da Ciência da Informação como uma sub-disciplina da retórica. O percurso procurou descortinar as definições e as linhas de aplicação da teoria retórica, da Antiguidade aos dias atuais, de modo sintético, com foco no diálogo com diferentes ramos do pensamento informacional.

Dentre as tantas potencialidades de vinculação deslindadas na relação entre epistemologia da Ciência da Informação e teoria retórica, o recorte conceitual do estudo nos levou ao debate sobre autoria-autoridade cognitiva, bem como imagem-classificação, fronteiras inequívocas da longa tradição reflexiva do “retor” e da constituição epistêmico-informacional.

Como reflexão derradeira, retoma-se aqui os elementos do “contemporâneo-agora”, o fenômeno do dia que amanhece na década de 2010. Os construtos da teoria retórica, desde os debates filosóficos entre Sócrates e Platão, Platão e Aristóteles, chegando aos contextos atuais, demonstram a vitalidade e emergência da reflexão sobre a retórica na informação, e a informação como potência retórica para a transformação social. Seus usos e seus desusos

estão na pauta central de nosso espaço-tempo, seja para constituir a destruição da democracia, seja para refundá-la.

FINANCIAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Introdução. In: ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. (Coleção Folha, Grandes nomes do Pensamento, v. 1).

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. (Coleção Folha, Grandes nomes do Pensamento, v. 1).

ARISTÓTELES. **Rhétorique**. Paris: Gallimard, 1991.

ARISTÓTELES. **Poética**. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.

ARISTÓTELES. *Órganon: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas*. 2. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2010.

BARTHES, Roland. A antiga retórica: apostila. In: _____. **A aventura semiológica**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001. P. 3-100.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND.1991. **Proceedings...** London, Los Angeles: TaylorGraham,1992. p. 82-96.

CASADEI, Eliza Bachega. Jornalismo e figuras da retórica: o uso da história como mobilização persuasiva. **Rhetorikê**, n. 2, p. 17-38, abr. 2009. Disponível em: <http://www.rhetorike.ubi.pt/02/pdf/02-casadei-jornalismo-rethorike-04-09.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

CASSIN, B. **O Efeito sofístico**. São Paulo: ed. 34, 2005.

COELHO, Fabio Ulhoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FIGUEIREDO, Márcia Feijão de. **A retórica da validação da informação imagética científica: um estudo sobre a arte de “fazer ciência” a partir das imagens**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2018.

FIORIN, José Luiz. Os fatores da argumentação. In: _____. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORINDO, Priscila Peixinho. Ethos: um percurso da retórica a análise do discurso. **Revista Pandora Brasil**, n. 47, out. 2012. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/>. Acesso em: 23 mar. 2016.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LEACH, Joan. Análise retórica. In: BAUER, Martins W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Cap. 12.

MEYER, Michel. Prefácio. In: PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLATÃO. **Crátilo**: diálogo sobre a justiça dos nomes. Lisboa: Sá da Costa, 1963.

PLATÃO. **Diálogos**: Protágoras, Górgias, Fedão. 2.ed. revis. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002.

PLATÃO. **Fedro ou Da Beleza**. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

PLATÃO. **A República**. 11. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Kelen Cristina. Em pauta o conceito de *Ethos*: a movência do conceito da retórica aristotélica à sua ressignificação no campo da Análise do Discurso por Dominique Maingueneau. **Signum: estudos linguísticos**, n. 11/12, p. 195-206, dez. 2008. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/3056/46> . Acesso em: 08 dez. 2017.

SALDANHA, Gustavo Silva. Entre a Retórica e a Filologia: do pragmatismo ao humanismo na epistemologia da Ciência da Informação. **IncID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 1, p. 47-67, jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42334>. Acesso em: 28 abr. 2016.

SALDANHA, Gustavo Silva. **Uma filosofia da Ciência da Informação: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Universidade Federal do Rio de Janeiro convênio com Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. 439 p. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/667>. Acesso em: 29 maio 2017.

SALDANHA, Gustavo Silva. O esquema e as formas simbólicas: uma “arqueologia filosófica” do esquema no pensamento bibliológico. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI: AS TRANSFORMAÇÕES DO DOCUMENTO NO ESPAÇO-TEMPO DO CONHECIMENTO, 3, 2014, Salvador. **Anais....** Salvador: Rede Mussi, 2014. v. 1. P. 30-50.

SONESSON, Göran. A retórica do ponto de vista do mundo da vida. **Estudos Semióticos**, v. 11, dez. 2015, p. 22–52. Disponível em: <http://revistas.usp.br/esse> Acesso em: 29 dez. 2017. Dossiê Especial Groupe µ.

WILSON, Patrick. **Second-Hand Knowledge: and inquiry into cognitive authority**. Westport, USA: Greenwood Press, 1983.